

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 536.981 - SP (2019/0295652-0)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE : VICTOR MORAIS PADILHA**  
**ADVOGADO : VICTOR MORAIS PADILHA - SP374858**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : LEANDRO LIMA DOS SANTOS**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## EMENTA

*HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS PRIVILEGIADO. REGIME INICIAL. REGIME SEMIABERTO IMPOSTO SEM A CORRESPONDENTE FUNDAMENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 440/STJ. APLICABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL MANIFESTO.

Ordem concedida liminarmente nos termos do dispositivo.

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, em benefício de **Leandro Lima dos Santos** – condenado pela prática do crime de tráfico de drogas privilegiado à pena de 1 ano e 8 meses de reclusão, em regime inicial aberto, e ao pagamento de 166 dias-multa –, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que deu parcial provimento à apelação ministerial apenas para fixar o regime inicial fechado de cumprimento da pena, mantendo, no mais, a condenação exarada pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da comarca de Santos/SP (Processo n. 0000167-68.2017.8.26.0536).

Alega a impetrante, em síntese, ausência de fundamentação na fixação de regime mais gravoso do que a pena imposta.

Postula, ao final, a concessão liminar da ordem, nos termos propostos.

É o relatório.

É o caso de concessão liminar da ordem.

Busca a impetração a alteração do regime imposto ao paciente pelo crime de tráfico de drogas privilegiado, ao argumento de ausência de fundamentação para tanto.

Da análise do acórdão, observo que a Corte estadual, acerca do regime

# Superior Tribunal de Justiça

inicial, assim consignou (fls. 25/26):

[...]

Foi estabelecido o regime inicial aberto e sobre este fato se irressignou o Ministério Público, e o faz com razão, devendo ser fixado o fechado.

A conduta do acusado revestiu-se de enorme gravidade, além de possuir elevado e negativo impacto social. O apelante/apelado foi pego em flagrante delito no momento em que comercializava entorpecentes em plena via pública, sendo que um deles, a cocaína, possui natureza extremamente danosa aos indivíduos e ao corpo social.

Ao Magistrado compete estabelecer o regime inicial de cumprimento da pena que acreditar suficiente para reprovação e prevenção do delito, respeitados os ditames legais.

O regime fechado é aquele que mais se coaduna com os objetivos acima e com o caráter ressocializador da pena, inculcando no acusado a terapêutica prisional.

Merece, desse modo, tratamento mais rigoroso e severo, inexistindo no caso qualquer ofensa ao artigo 5, XLVI da Constituição Federal.

Note-se que não há que se falar em ofensa às Súmulas 718 e 719, ambas do C. Supremo Tribunal Federal, porquanto o estabelecimento de tal regime decorre dos fatos concretos, devidamente comprovados nos autos, e não da mera opinião deste julgador.

Finalmente, deve ser acolhido o pedido ministerial para afastar a substituição da pena corporal por restritiva de direitos.

Em que pese o quantum da pena autorizar a substituição, tal medida é insuficiente e ineficaz à reprovação do agente e à repreensão do delito. Acrescente-se que a vedação encontra amparo no artigo 44 da Lei 11.343/06, também nos moldes do entendimento desta C. Câmara.

[...]

Com efeito, observo que tal fundamentação acima transcrita não se mostra apta, por si só, a ensejar a aplicação do aludido regime de cumprimento de pena, pois não apresenta elementos suficientes para a imposição de regime mais severo.

Nesse sentido, tem-se o enunciado da Súmula n. 440 deste Superior Tribunal:  
Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito.

Em face do exposto, **concedo liminarmente** a ordem impetrada para anular o acórdão *a quo*, restabelecendo-se a sentença exarada pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da comarca de Santos/SP na Ação Penal n. 0000167-68.2017.8.26.0536.

Comunique-se com urgência.

Intime-se o Ministério Público estadual.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

